

PLANO DIRETOR DE TURISMO – (PDTUR) – Mongaguá/SP

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado ETAPA 11 – Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 20 pt

Formatado: Fonte: 20 pt



2018

Formatado: Fonte: 16 pt



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ

ARTUR PARADA PRÓCIDA - PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO MELO GOMES - VICE PREFEITO

VERA LUCIA SILVA JARDIM – DIRETOR DE TURISMO

TENISSON AZEVEDO JUNIOR – DIRETOR DE ASSUNTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

VALÉRIA BISPO MIRANDA – CHEFE DE SEÇÃO DE TURISMO

RICARDO DOS SANTOS FERREIRA - ARQUITETO

EQUIPE TÉCNICA DA URBATEC SOLUÇÕES

THIAGO FERRAREZI – COORDENAÇÃO DE PROJETO

MURILO V. ZIANI - TURISMOLOGO

LUIS FERNANDO DE MORAES PEREIRA – TURISMOLOGO

RONEI GRELLA - TURISMOLOGO



Sumário

1. Introdução	7
1.1 O Planejamento do Turismo.....	7
1.2 Metodologia.....	8
2. Caracterização Geral de Mongaguá.....	10
2.1 Localização de Mongaguá	10
2.2 Clima.....	14
2.3 Geologia.....	23
2.4 Geomorfologia.....	27
2.5 Socioeconômico.....	31
2.5.1 População	33
2.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano	35
2.5.3 Atividades Econômicas	36
2.5.4 Produto Interno Bruto.....	38
3. Políticas de Fortalecimento do Turismo Interno – Iniciativa Privada	40
3.1 Eixos	41
3.1.1 Comunicação.....	42
3.1.2 Capacitação e Qualificação.....	43
3.1.3 Estrutura.....	43
3.2 Propostas	44
3.2.1 Comunicação.....	44
3.2.2 Capacitação e Qualificação.....	45
3.2.3 Estrutura.....	46
4. Referências Bibliográficas.....	48

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Mongaguá.	10
Figura 2 – Mapa 1 - Mesorregião do Litoral Sul-Paulista	11
Figura 3 – Mapa 2 - Macros e Regiões Turísticas do Estado de São Paulo	13
Figura 4 – Mapa 3 - Classificação Climática de Köppen	16
Figura 5- Mapa 4 - Classificação do clima do Estado de São Paulo através do Sistema Internacional de Köppen.....	17
Figura 6 - Mapa 5 - Temperatura Máxima Anual.....	19
Figura 7 - Mapa 6 - Temperatura Média Anual.....	19
Figura 8 - Mapa 7 - Temperatura Mínima Anual.....	20
Figura 9 - Mapa 8 - Precipitações do Município	20
Figura 10 - Mapa 9 – Geologia de Mongaguá/SP.	25
Figura 11 - Mapa 10 – Geomorfologia de Mongaguá/SP.	29
Figura 12 - Mapa 11 – Altimetria de Mongaguá/SP.....	30



Tabela 1 - Diretrizes que norteiam o processo de planejamento	8
Tabela 2 – Série Histórica Climática de Mongaguá.....	22
Tabela 3 – Território e População	33
Tabela 4 – Condições de Vida	35
Tabela 5 - Comparação do IDH-M de Mongaguá e do Estado de São Paulo	36
Tabela 6 – Participação (%) de Mongaguá e do Estado de São Paulo em diferentes setores da economia	36
Tabela 7 – Participação dos empregos formais e seus respectivos salários médios (R\$) no município de Mongaguá.	37
Tabela 8 – Emprego e Rendimento.....	37
Tabela 9 – PIB (em reais) de Mongaguá e do Estado de São Paulo.	38
Tabela 10 – Economia.....	39
Tabela 11 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Comunicação.....	44
Tabela 12 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Capacitação e Qualificação.....	45
Tabela 13 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Estrutura	47



1. INTRODUÇÃO

1.1 O Planejamento do Turismo

A atividade turística, com seu caráter extremamente multidisciplinar e também devido a sua crescente importância para a economia mundial, faz com que seja cada vez mais necessário que sejam criadas ações que guiem a atividade para os caminhos que forem significar uma melhor eficiência e sustentabilidade, além claro, de resultados econômicos. Dias (2003, p.87) afirma que o processo de planejamento “trata-se de orientar a atividade presente para determinado futuro, partindo-se sempre do pressuposto de que existem várias alternativas possíveis”. Já para Ignarra (1990, *apud* SANTOS, 2003, p.2):

[...] o planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões, onde se prevê o curso dos acontecimentos e a situação futura desejada. Assim, deve ser sistemático e flexível para que se atinjam os objetivos determinados, tornando um processo lógico de pensamento, onde se aborda racionalmente e cientificamente os problemas identificados ao se analisar a realidade.

Já Petrocchi diz que o planejamento deve “estabelecer objetivos para o destino de turismo e determinar métodos para alcançá-los”. É importante também compreender a importância do planejamento turístico no âmbito socioambiental do município. Para Braga

[...] o processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e demanda real) da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estructure empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental

Para que o desenvolvimento estruturado da localidade ser concebido, é imprescindível uma parceria entre gestores públicos e privados, conselhos de classe, e a população para que se possa construir um produto turístico consolidado. É aí que entra o planejamento turístico.

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Título 2

Formatado: Recuo: À esquerda: 1,25 cm

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Citação

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Citação Char

Formatado: Citação

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



A partir disso, são criadas as políticas públicas de turismo, que tem como objetivo ordenar a atividade turística e fazer parte do processo de planejamento governamental (HALL, 2004), podendo ser entendidas também:

[...] como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberativas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território

Formatado: Citação

.(CRUZ, 2002, p.40)

O planejamento turístico está ligado diretamente a sete perguntas, mostradas conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Diretrizes que norteiam o processo de planejamento

<u>As sete perguntas básicas que norteiam o processo de planejamento</u>	
<u>O quê?</u>	<u>Define o objeto do planejamento</u>
<u>Por que?</u>	<u>Define os objetivos e as justificativas</u>
<u>Quem?</u>	<u>Define os atores e os destinatários do planejamento</u>
<u>Como?</u>	<u>Define a metodologia</u>
<u>Onde?</u>	<u>Define o local</u>
<u>Quando?</u>	<u>Estabelece o cronograma as atividades a serem empregadas</u>
<u>Quanto?</u>	<u>Define os recursos (humanos, matérias e financeiros) necessários a serem empregados a fim de atingir as metas programadas</u>

Fonte: Ignarra, 2003

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Ao se responder as perguntas do quadro, podem-se obter um plano, documento abrangente ao qual este se encontrará inserido.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

1.2 Metodologia

Formatado: Título 2

A metodologia desta pesquisa faz uso da pesquisa qualitativa e descritiva, além de propostas e modelos de gestão. Os métodos de estudo são a análise de

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Plano de Marketing e Posicionamento de Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



dados previamente obtidos em documentos anteriores a este, mais especificamente o Diagnóstico e o Inventário Turístico de Mongaguá, junto com uma análise crítica baseada na literatura disponível. (GIL, 1996)

Este documento tem como finalidade a produção de duas ações diferentes:

- 1) A Criação da Política Municipal de Turismo e do Sistema Municipal de Turismo;
- 2) A Criação de uma Política de Fortalecimento do Turismo Interno, com ênfase na Iniciativa Privada.

Em relação a criação da política e do sistema municipal de turismo, busca-se com esta ação a ordenação e normatização do processo de tomada de decisão, buscando uma gestão compartilhada da atividade turística, a fim de que todos os setores envolvidos, público, privado e sociedade civil, participem da gestão do turismo do município.

Formatado: Parágrafo da Lista, Numerada + Nível: 1 + Estilo da numeração: 1, 2, 3, ... + Iniciar em: 1 + Alinhamento: Esquerda + Alinhado em: 1,88 cm + Recuar em: 2,52 cm

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito

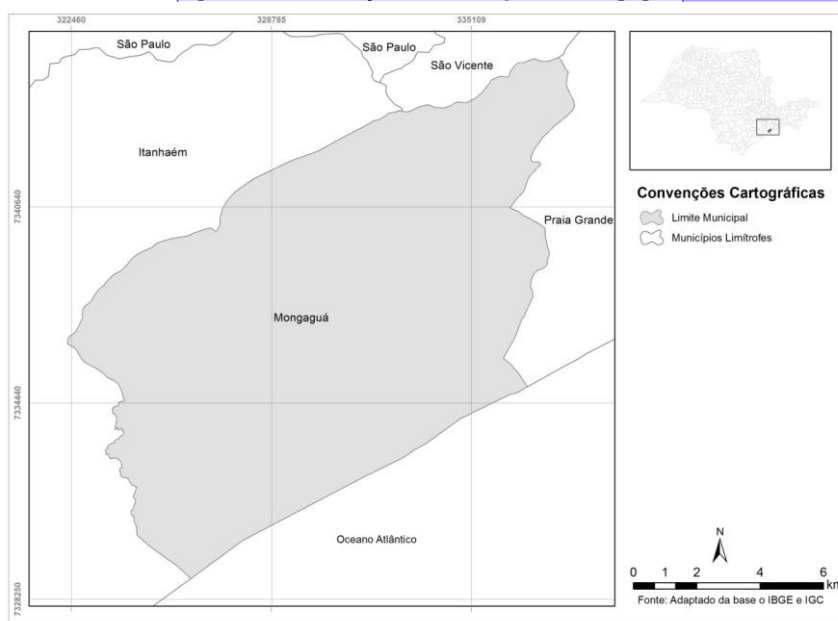


2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE MONGAGUÁ

2.1 Localização de Mongaguá

O município de Mongaguá está situado na região Sudeste do Brasil no Estado de São Paulo. Localiza-se a uma latitude 23° 39' 5.43" Sul e uma longitude 46° 51' 7.87" Oeste. Abrange uma área de 141.965 km², em uma altitude média de 2 metros.

Figura 1 – Localização do Município de Mongaguá.



[MZ1] Comentário: Negritar as legendas, fonte Arial 10

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353110>

[MZ2] Comentário: Negritar apenas a parte FONTE, arial 10

O município de Mongaguá está situado na Mesorregião do Litoral Sul Paulista. A mesorregião do Litoral Sul Paulista é uma das quinze mesorregiões do Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Político Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



estado brasileiro de São Paulo. É formada pela união de dezessete municípios agrupados em duas microrregiões (Itanhaém e Registro). Esta mesorregião abrange cerca de 13.200,893 km² com uma população estimada em 498.216 hab. (2010), de densidade demográfica em 37,7 hab/km².

Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.

Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988 (art. 25, §3º), um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

Figura 2 – Mapa 1 - Mesorregião do Litoral Sul-Paulista



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353110>

A mesorregião é composta pelos municípios Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras.

O município de Mongaguá localiza-se na microrregião de Itanhaém que é composta pelos municípios de Itanhaém, Itariri, Mongaguá, Pedro Toledo e Peruíbe. A microrregião de Itanhaém é uma das microrregiões do estado brasileiro de São Paulo pertencente à mesorregião Litoral Sul Paulista. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 218.840 habitantes e está dividida em cinco municípios. Possui uma área total de 2.012,292 km².

O Estado de São Paulo está ordenado em 34 regiões turísticas que se encaixam dentro de 15 macrorregiões. Tal divisão foi feita por dirigentes municipais (conselhos, prefeituras, coordenadorias e secretarias). Levou-se em consideração a proximidade geográfica e a afinidade entre produtos turísticos, como história e



Desta forma, as nove cidades formam um único destino, com diversas opções: praias, ecoturismo, lazer, aventura, esportes, gastronomia, história, cultura e negócios. Com opções para todos os gostos, cada município tem suas peculiaridades, mas se completam entre si e oferecem 161 km de litoral, mata atlântica em abundância e uma estrutura para eventos e negócios de alta qualidade.

O destino integra o agito e o desenvolvimento de uma região metropolitana, com as belezas naturais típicas do litoral e da mata atlântica e o bucolismo nato das cidades históricas, para oferecer uma região **única** para cada visitante.

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi a primeira região metropolitana sem a participação de capital de estado criada no Brasil. Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 815, de 1996, a região caracteriza-se pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem. Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) da região chegou a R\$ 41 bilhões, com uma participação de 4% no PIB do Estado.

Além de contar com o Parque Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos, a RMBS desempenha funções de destaque no estado, com atividades industriais e de turismo, e outras de abrangência regional, como as relativas aos comércios atacadista e varejista, ao atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Além disso, a região possui uma grande variedade de atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pelas operações no complexo portuário.

Nove municípios fazem parte da Região Metropolitana da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

2.2 Clima

O Brasil, pelas suas dimensões continentais, possui uma diversificação climática bem ampla, influenciada pela sua configuração geográfica, sua significativa extensão costeira, seu relevo e a dinâmica das massas de ar sobre seu território. Esse último fator assume grande importância, por atuar diretamente sobre as temperaturas e os índices pluviométricos nas diferentes regiões do país (CIIAGRO, 2015). Em especial, as massas de ar que interferem mais diretamente no Brasil,

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



segundo o Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, são a Equatorial, tanto Continental como Atlântica; a Tropical, também Continental e Atlântica; e a Polar Atlântica, proporcionando as diferenciações climáticas (CIIAGRO, 2015).

O clima de uma dada região é condicionado por diversos fatores, dentre eles pode-se citar temperatura, precipitação, umidade relativa do ar, ventos e pressão atmosférica, os quais, por sua vez, são condicionados por fatores como altitude, latitude, morfologia do relevo, vegetação e continentalidade. De acordo com a classificação climática de Arthur Strahler, predominam no Brasil cinco grandes climas (CIIAGRO, 2015):

- Clima Equatorial Úmido: da convergência dos alísios, que engloba a Amazônia;
- Clima Tropical Alternadamente Úmido e Seco: englobando grande parte da área central do país e litoral do meio-Norte;
- Clima Tropical Seco: tende a ser seco devido à irregularidade da ação das massas de ar, englobando o sertão nordestino e vale médio do rio São Francisco; e
- Clima Litorâneo Úmido: regiões expostas às massas tropicais marítimas, englobando estreita faixa do litoral leste e nordeste;
- Clima Subtropical Úmido: abrange costas orientais e subtropicais, dominado largamente por massa tropical marítima, englobando a Região Sul do Brasil.

Na classificação climática de Köppen-Geiger (considerada o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizados em geografia, climatologia e ecologia) é baseada no pressuposto, com origem na fitossociologia e na ecologia, de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalente (CIIAGRO, 2015). Assim, as fronteiras entre regiões climáticas foram selecionadas para corresponder, tanto quanto possível, às áreas de predominância de cada tipo de vegetação, razão pela qual a distribuição global dos tipos climáticos e a distribuição dos biomas apresenta elevada correlação, como se observa na Figura 4.

Na determinação dos tipos climáticos de Köppen-Geiger são considerados a

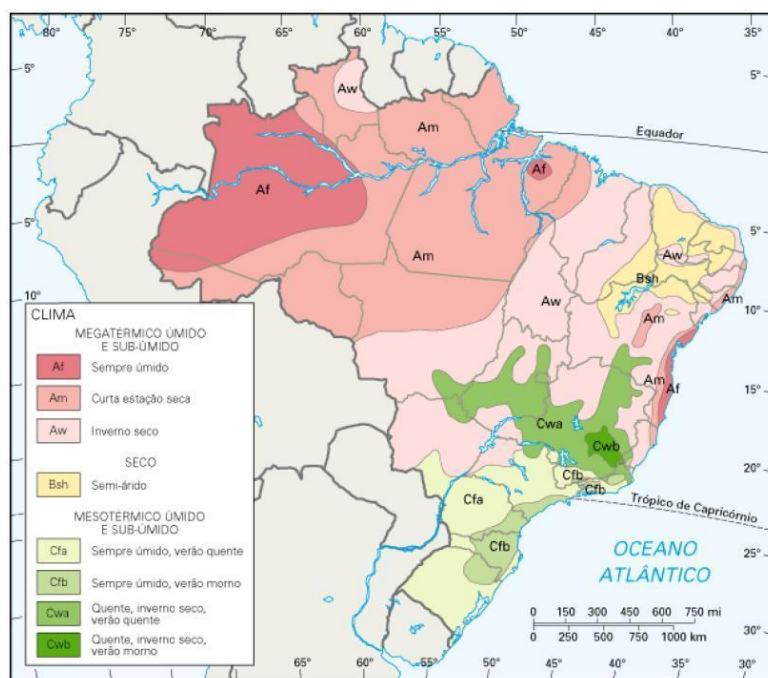
~~Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada~~

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e da precipitação. Cada grande tipo climático é denotado por um código, constituído por letras maiúsculas e minúsculas, cuja combinação denota os tipos e subtipos considerados (CIIAGRO, 2015).

Figura 4 – Mapa 3 - Classificação Climática de Köppen



Fonte: Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP).

O Estado de São Paulo é cortado pelo trópico de Capricórnio e possui praticamente todo seu território entre os paralelos 20 e 25 sul. Tipicamente tropicais. A maior parte dele, devido às áreas montanhosas de altitude, as temperaturas é amena, sendo tropical de altitude. As chuvas são em geral abundantes, sobretudo no verão, tornando o clima, tropical úmido, uma condição que favorece enormemente a agricultura e a pecuária em geral.¹

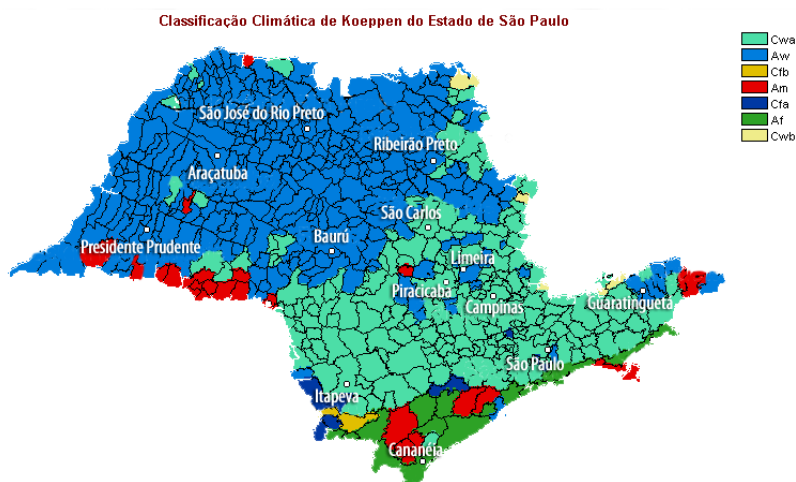
¹ Disponível em: <http://www.ciiagro.sp.gov.br/climasp/conceituacao.html>



Segundo a classificação de Köppen no Estado de São Paulo predomina o clima tropical e o temperado úmido. O tropical A se subdivide em Af - tropical úmido sem estação seca e Aw- tropical úmido com inverno seco. Os climas temperados úmidos Cse subdividem em Cwa - quente com inverno seco, Cwb - temperado com inverno seco, Cfa - quente sem estação seca e Cfb - temperado sem estação seca (CEPAGRI, 2015).

O tipo dominante no Estado de São Paulo é o Cwa, que abrange toda a parte central, sendo caracterizadas como clima tropical de altitude, chuvas no verão e seca no inverno, temperatura média do mês mais quente superior a 22°C. Algumas áreas serranas, com o verão ameno são classificadas no tipo Cwb, temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C e durante pelo menos quatro meses é superior a 10°C (CEPAGRI, 2015).

Figura 5- Mapa 4 - Classificação do clima do Estado de São Paulo através do Sistema Internacional de Köppen



Fonte: Mapa adaptado. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura (CEPAGRI, 2015).



As regiões a Noroeste do Estado, mais quentes, pertencem ao tipo Aw, tropical chuvoso com inverno seco e mês mais frio com temperatura média superior a 18°C. O mês mais seco tem precipitação inferior a 60 mm e com período chuvoso que se atrasa para o outono. Em pontos isolados ocorre o tipo Am que caracteriza o clima tropical chuvoso, com inverno seco onde o mês menos chuvoso tem precipitação inferior a 60 mm. O mês mais frio tem temperatura média superior a 18°C (CEPAGRI, 2015).

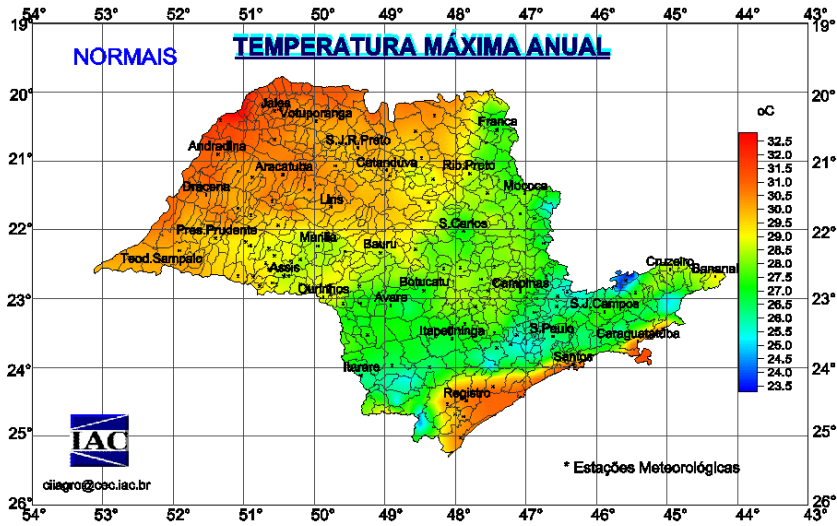
No Sul do Estado aparecem faixas de clima tropical, com verão quente, sem estação seca de inverno, do tipo Cfa onde a temperatura média do mês mais frio está entre 18°C e -3°C mesotérmico. As áreas serranas, mais altas, das serras do Mar e da Mantiqueira, com verão ameno e chuvoso o ano todo têm o clima classificado como Cfb de verão um pouco mais ameno, onde o mês mais quente tem temperatura média inferior a 22°C (CEPAGRI, 2015).

A faixa litorânea recebe a classificação Af, caracterizada pelo clima tropical chuvoso, sem estação seca com a precipitação média do mês mais seco superior a 60 mm (CEPAGRI, 2015).

As faixas médias anual das temperaturas máximas, média e mínimas no Estado de São Paulo estão representadas nas Figuras 7, 8 e 9, respectivamente.

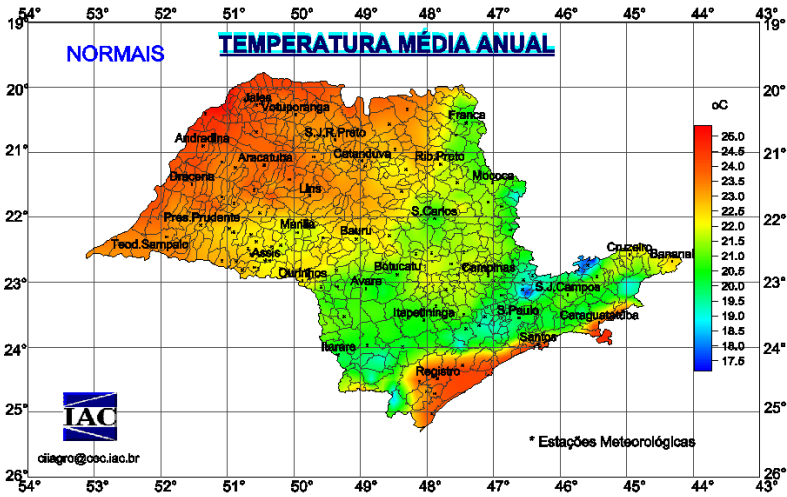


Figura 6 - Mapa 5 - Temperatura Máxima Anual



Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.

Figura 7 - Mapa 6 - Temperatura Média Anual

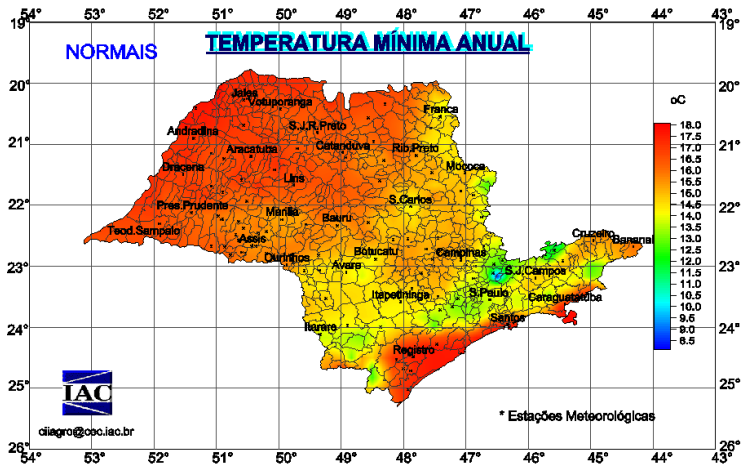


Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito

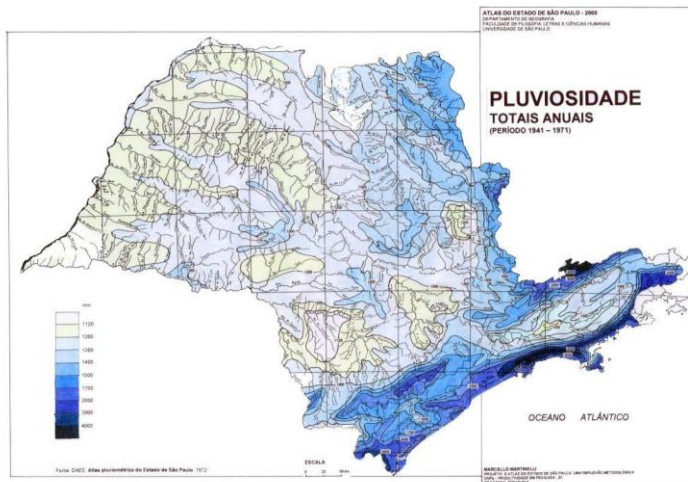


Figura 8 - Mapa 7 - Temperatura Mínima Anual



Fonte: Centro Integrado de Informações Agro meteorológicas, 2015.

Figura 9 - Mapa 8 - Precipitações do Município

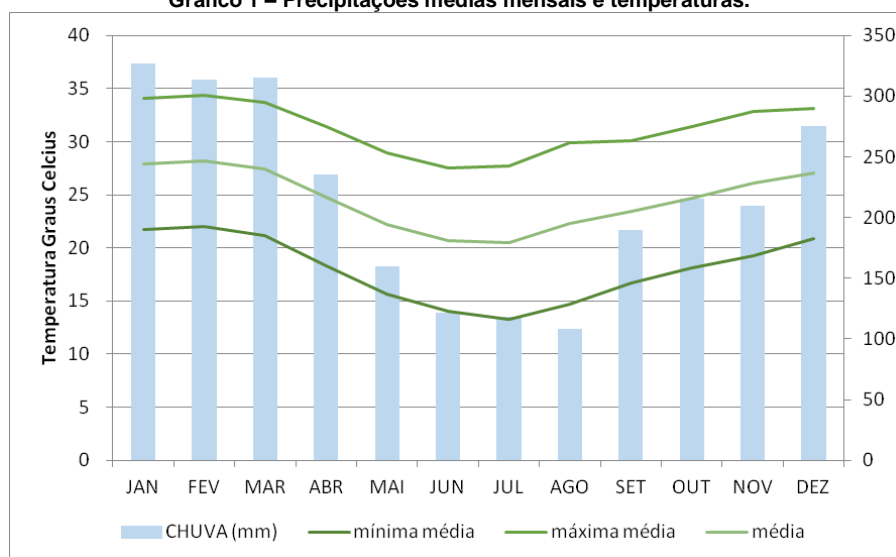


Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), 2000.



Segundo a classificação climática de Köppen o município de Mongaguá/SP está no domínio climático Af, que caracteriza-se como subtropical úmido. A distribuição de chuvas compreende o período primavera – verão. No inverno, as regiões abrigadas são as que mais se ressentem da redução da pluviosidade. O clima da RMBS (Região Metropolitana da Baixada Santista) é influenciado por massa de ar tropical atlântica, com características quente e úmida, e por massa de ar polar atlântica, fria e úmida. O confronto destas duas massas de ar na estação do verão, junto com os fatores climáticos da Serra do Mar, produz grande instabilidade, traduzida em elevados índices pluviométricos, colocando a região entre as áreas onde mais chove no Brasil. O clima é tropical chuvoso, sem estação seca e com a precipitação média do mês mais seco superior a 60mm, conforme classificação Af de Köppen.

Gráfico 1 – Precipitações médias mensais e temperaturas.



Fonte: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_351.html

Os dados apresentados na figura anterior frente ao comportamento climático do município de Mongaguá/SP quanto a pluviometria e a temperatura média, com base numa série histórica, estão apresentados na tabela à seguir



**Tabela 2 – Série Histórica Climática de Mongaguá.
Classificação Climática de Koeppen: Af**

MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima	média	máxima	
JAN	21,7	34,1	27,9	326,6
FEV	22	34,4	28,2	313,8
MAR	21,2	33,7	27,4	315,3
ABR	18,3	31,4	24,8	235,5
MAI	15,6	28,9	22,2	160
JUN	14	27,5	20,7	121,8
JUL	13,3	27,7	20,5	117,8
AGO	14,7	29,9	22,3	108,6
SET	16,7	30,1	23,4	189,3
OUT	18,1	31,4	24,7	215,7
NOV	19,3	32,8	26,1	209,4
DEZ	20,9	33,1	27	275,1
Média				
Ano	18	31,2	24,6	2588,9
Min	13,3	27,5	20,5	108,6
Max	22	34,4	28,2	326,6

Fonte: http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_351.html

A relação clima-turismo tem realizado numerosas reflexões. Estas reflexões têm se ordenado mediante três posturas diferenciadas. A primeira considera que a atração do clima, como elemento do meio natural, é suficiente para explicar a maior parte dos centros e fluxos turísticos. A segunda reforça que todo clima é potencialmente turístico. A terceira, no meio do caminho entre as anteriores, põe em evidência o papel dos fatores climáticos nos comportamentos turísticos e, às vezes, manifesta a necessidade de avaliar o potencial de atração dos diferentes climas de um território. [...] Os diferentes elementos ambientais que acomodam um território não são considerados unicamente nestes novos projetos como suportes das atividades turísticas, sem que também sejam considerados como fatores ativos que participam na elaboração de um produto de qualidade. Entre todos estes elementos,

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Político Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



cuja consideração é necessária para realizar um planejamento coerente, de acordo com as novas exigências da demanda, merece ser destacado o clima. (MARTÍN, 2005, p. 21-22).

O clima em Mongaguá interfere diretamente no fluxo de turistas. Por se tratar de um turismo realizado principalmente pelo turismo sol e praia, quando as condições climáticas não são favoráveis o turista não se desloca até o município na mesma intensidade quando as condições de altas temperaturas ocorrem. Trabalhar para romper a sazonalidade gerada pela própria característica do município (cidade litorânea) é um dos desafios aos gestores do turismo no município e Mongaguá. Tais ações devem promover maiores interações entre os diversos nichos turísticos e estimular a presença do turista nas outras atrações turísticas, como a religiosa, turismo rural, entre outras.

2.3 Geologia

A evolução geológica do litoral paulista foi condicionada por dois conjuntos de fenômenos, com distintas escalas temporais. O primeiro está ligado ao soerguimento da Serra do Mar e subsequente subsidência da Bacia de Santos, relativos às reativações tectônicas ocorridas no final do Cretáceo (Almeida, 1976). O segundo é relacionado às variações do nível do mar durante o Quaternário. No litoral paulista, Suguio & Martin (1978) registraram a existência de dois eventos transgressivos-regressivos denominados de Cananéia e Santos, com idades relativas ao máximo transgressivo de 120.000 e 5.100 AP respectivamente.

Esta evolução geológica determinou a geomorfologia da linha de costa paulista e da plataforma continental adjacente. A ilha de São Sebastião é considerada o principal marcador geomorfológico tanto da linha de costa como da plataforma continental interna. Nesta região, ocorre uma mudança na direção geral da linha de costa, de NE-SW ao sul da ilha de São Sebastião para E-W ao norte. Na porção ao sul da Ilha de São Sebastião, a plataforma continental possui isóbatas equidistantes e paralelas à linha de costa, até a região próxima da isóbata de 100 metros. Sua composição é predominantemente arenosa. Na direção norte, a partir da ilha de São Sebastião, este comportamento se altera, tornando-se bastante

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



irregular, com um aumento da declividade na plataforma interna, próximo à ilha. As isóbatas se distribuem com espaçamento variável apresentando estreitamento e aumento da declividade na plataforma, sobretudo entre as profundidades de 80 e 110 metros. A maior complexidade do relevo submarino favorece a deposição de lamas (Zembruscki, 1979).

A configuração das isóbatas indica, também, a existência de vários canais e vales submarinos que cortam a plataforma continental, destacando-se os canais Cananéia, Queimada Grande, São Sebastião e Búzios (Zembruscki, 1979).

Estas feições foram desenvolvidas em nível de mar mais baixo e apresentam expressão no fundo marinho atual. Já a costa é marcada pela existência do alinhamento oblíquo da Serra do Mar e por planícies sedimentares quaternárias individualizadas sendo estas maiores na porção sul do litoral. Esta configuração da costa paulista permitiu a compartimentação em dois setores distintos, sul e norte. A porção sul, que se estenderia da Ilha Comprida até a Praia Grande, seria então caracterizada pela presença de praias extensas, contínuas, retilíneas existentes em grandes planícies costeiras. A porção norte entre a Ilha de São Sebastião até Ubatuba seria caracterizada por uma costa recortada (devido à proximidade da Serra do Mar), com a presença de diversas baías e enseadas e também de praias de pequenas dimensões (também conhecidas como praias de bolso) e orientações.

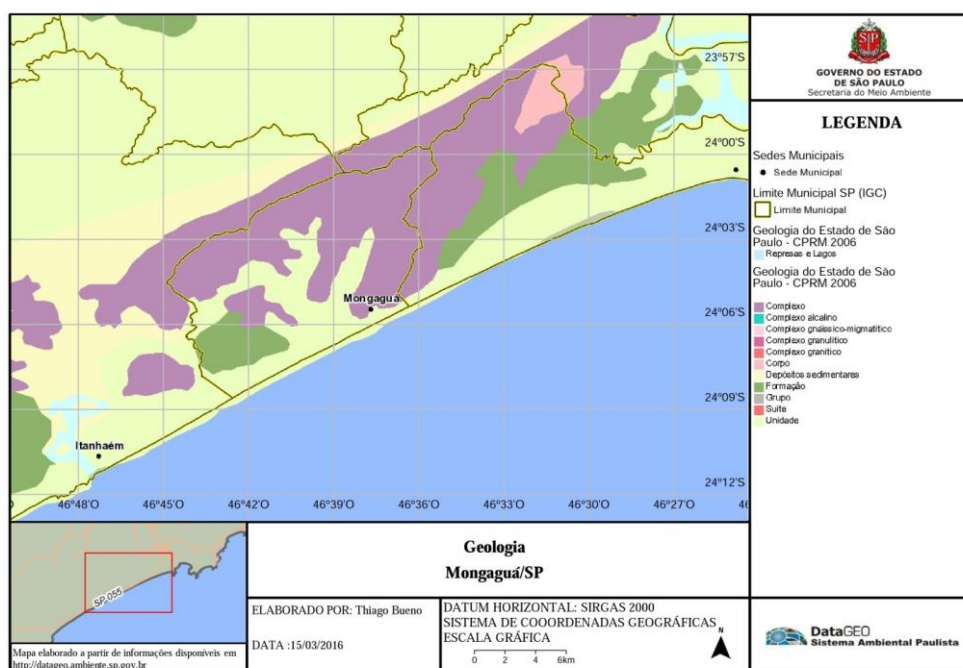
O trecho entre Santos e Ilha de São Sebastião apresenta características de ambos os segmentos, sendo considerada como uma zona de transição entre estes. Os sistemas de drenagem do litoral paulista estão limitados a maior ou menor distância da Serra do Mar, sendo a bacia do rio Ribeira de Iguape a mais extensa. As demais bacias hidrográficas de expressão regional seriam: Una do Prelado, Itanhaém, Itapanhaú e Juqueriquerê. Características originais destas bacias de drenagem mostram-se, muitas vezes, alteradas, em decorrência da atividade minerária e do processo de ocupação. Estudos sobre características hidráulicas destes rios são bastante raros, exceto aqueles correspondentes ao rio Ribeira de Iguape. Alguns estudos mostram correlações entre as vazões dos rios e a pluviosidade local. A classificação mais recente da costa paulista foi efetuada por Ponçano et al. (1999), que indicaram a existência de cinco grandes compartimentos:



Cananéia a Praia Grande, Santos a Bertioga, Bertioga a Toque-Toque, Toque-Toque a Tabatinga e Tabatinga a Picinguaba.

Esta compartimentação foi baseada no estudo das praias, e considerou ainda os indicativos de tendências resultantes de deriva litorânea que representam a somatória de processos sedimentares ao longo de dezenas de anos nesta costa. Esta classificação da costa paulista é ainda bastante coincidente com a distribuição espacial das principais bacias hidrográficas do litoral.

Figura 10 - Mapa 9 – Geologia de Mongaguá/SP.



Segundo o Mapa Geológico de Mongaguá/SP há o predomínio da formação geológica, denominado Complexo Costeiro, com unidades de gnáisses bandados (NPccgb), formados no período Proterozóico com predomínio de rochas metamórficas, representado no mapa peça coloração roxa. Outro domínio geológico existente no município, representado pela coloração verde, trata-se da formação Cananéia (Q1cn) do período Cenozóico, caracterizado por depósitos de areia, argila,

[Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Político Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



argilito siltico e siltitos arenosos com predomínio de rochas sedimentares.



2.4 Geomorfologia

Geomorfologicamente, o litoral paulista está contido na unidade Província Costeira definida por Almeida (1964), IPT (1981) e Ross & Moroz (1997). A Província Costeira é subdividida nas subzonas Serrania Costeira e Baixada Litorânea, sendo que cada subzona possui características geomorfológicas próprias, refletindo as condições genéticas ligadas ao arcabouço tectônico.

Este compartimento é composto pelas praias situadas nas planícies costeiras de Itanhaém e Praia Grande. A planície costeira de Itanhaém apresenta direção aproximada de N50°E e dimensões máximas de 40 quilômetros de comprimento por cerca de 15 quilômetros de largura. Trata-se, na verdade, de uma planície costeira intercalada por morros cristalinos com diferentes faixas de sedimentação, entre o sopé da Serra do Mar e a linha de praias retilíneas. (Sant'Anna Neto, 1990). As praias apresentam características dissipativas, sendo extensas, planas, compostas por areias finas a muito finas e com larga zona de arrebentação. Neste compartimento as praias são, em geral, estáveis, regidas por uma resultante geral do transporte sedimentar rumo nordeste.

Este compartimento engloba as planícies costeiras de Itanhaém e da Praia Grande. A configuração desta planície aproxima-se de uma semi-elipse, sendo o arco dado à nordeste (NE) pelo Esporão de Mongaguá, a norte e noroeste (N e NW) por trechos da Serra do Mar e a sudoeste (SW) pelo Maciço de Itatins-Juréia. A corda da semi-elipse é dada pelo Oceano Atlântico.

O relevo da Serra do Mar e sua disposição leste-oeste constituem um obstáculo para as frentes de baixo declive, que ocorrem, normalmente, durante a primavera e o verão, contribuindo para uma maior ocorrência de frentes estacionárias (Sant'Anna Neto, 1990). Há uma diminuição progressiva das precipitações em direção a Serra do Itatins, que desvia parte dos fluxos polares, criando uma zona de sobra de chuvas na região de Peruíbe e Itanhaém. O distanciamento progressivo das vertentes serranas também contribui para a diminuição da pluviosidade neste compartimento que possui média pluviométrica



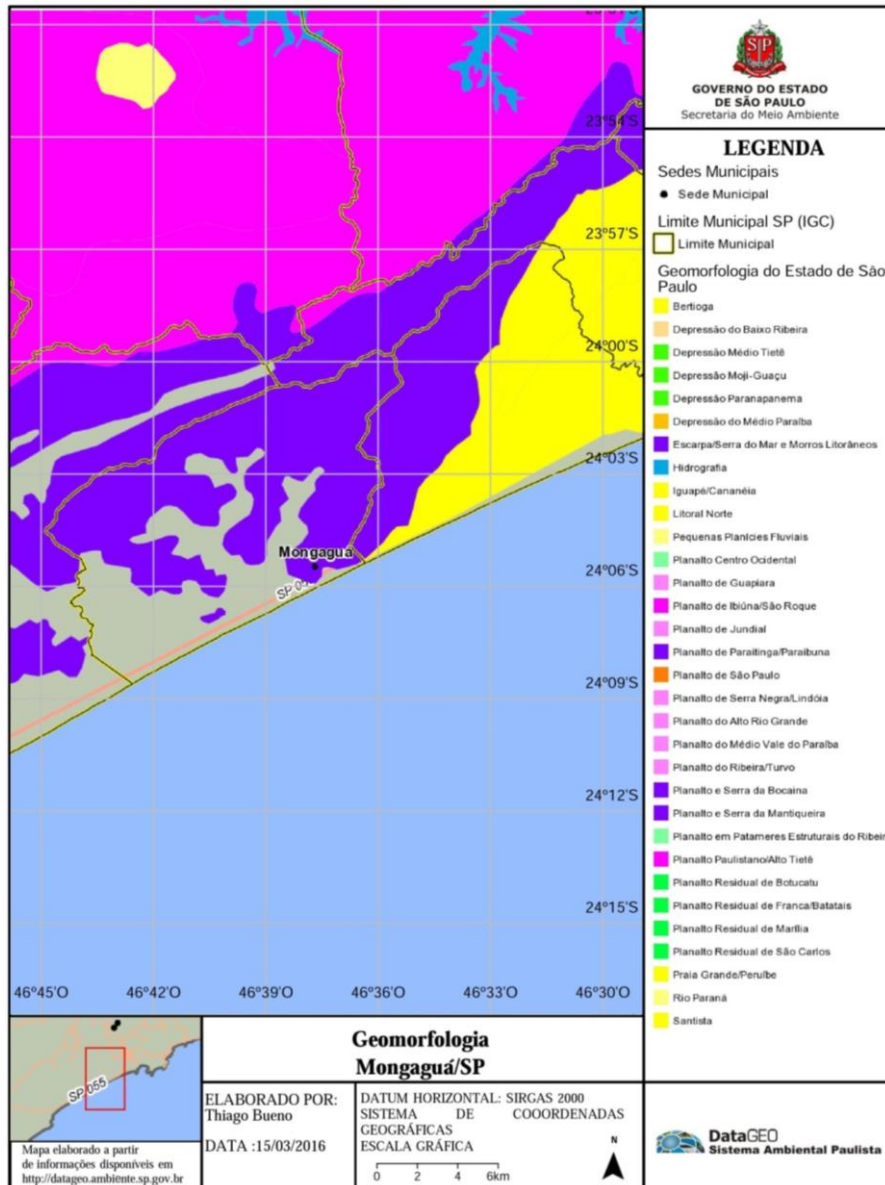
anual entre 1750 a 2250 mm. Essa alternância na atuação das massas de ar faz com que exista uma alternância entre o sentido geral de transporte costeiro nos dois setores deste compartimento. Na maior parte do ano, o sentido predominante de transporte é rumo SW fato este corroborado por Araújo (2000), mas segundo Ponçano et al. (1999) e Cazzoli y Goya & Tessler (2000) a resultante geral do transporte sedimentar é rumo NE, devido à ação mais rara, porém mais intensa, dos sistemas polares. Esta configuração meteorológica-oceanográfica, aliada à ausência de obstáculos ao transporte sedimentar na zona costeira, resultou na construção de praias extensas, planas, retilíneas, constituídas predominantemente por areias finas e muito finas, com características dissipativas (segundo a classificação de Wright & Short; 1983).

Estas praias apresentam bastante mobilidade de sedimentos entre os setores emerso e submerso, porém de modo geral podem ser consideradas estáveis sem predomínio de processos erosivos/ deposicionais. Este quadro geral é quebrado em caráter puntual, devido a alterações impostas pelas fozes dos rios Peruíbe e Itanhaém, obstáculos naturais como a Pedra dos Jesuítas, Morro do Paranambuco e a ponta de Itaipu, e ainda obras de engenharia situadas na região praial como a Plataforma Marítima de Pesca e o molhe na foz do rio Mongaguá.

Em síntese, o município de Mongaguá apresenta como geomorfologia Escarpas e/ou Serras do Mar e Morros Litorâneos, assim como as planícies litorâneas (Mapa 9). No mapa 10 verifica-se a altimetria do município de Mongaguá/SP e sua relação com a geomorfologia.



Figura 11 - Mapa 10 – Geomorfologia de Mongaguá/SP.

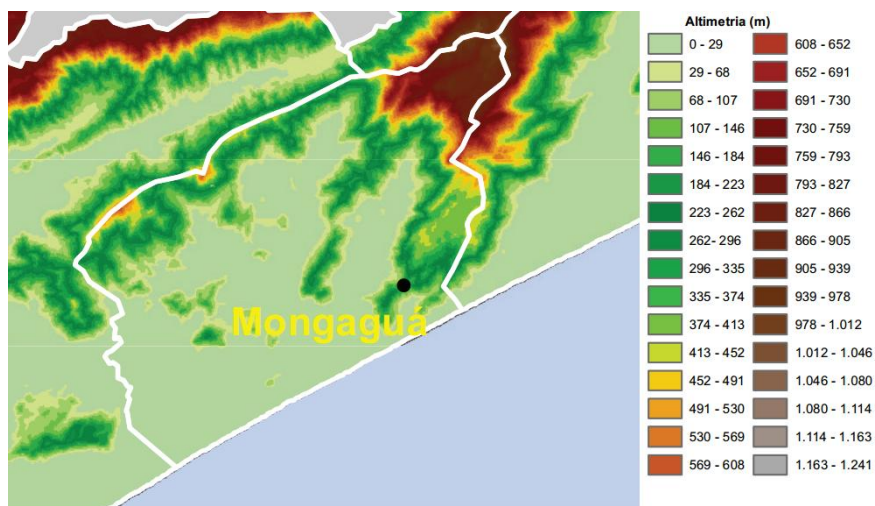


Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Político Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



Figura 12 - Mapa 11 – Altimetria de Mongaguá/SP.



Fonte: Adaptado do Plano Regional Integrado de Saneamento Básico para a UGRHI 7 (dezembro/2010).

Na Serra do Mongaguá registram-se topos arredondados, escarpas de linha de falha, afloramento rochoso e linhas de cumeadas abruptas de grandes extensões. Concavidades nas vertentes predominam nesta área e vertentes retilíneas são encontradas com grande frequência.

No setor de Planície Quaternária foram identificadas áreas de sedimentação recente, a saber (Souza e Cunha, 2012):

- Acumulação Marinha (Am) formada por sedimentos predominantemente arenosos depositados por ação da deriva litorânea, marés e ondas. As áreas de Acumulação Marinha (Am) apresentam interesse turístico ao município, já que abrigam as praias de uso coletivo.

- Acumulação de Terraços Marinhos em dois níveis (Atm I e Atm II), situada acima do nível do mar e composta por sedimentos arenosos. As áreas de acumulação de terraço marinho (Atm I e Atm II) apresentam forma plana, com leve inclinação para o mar e ruptura de declive em relação à acumulação marinha atual. Campos de dunas são encontrados nos dois níveis de terraços, sendo que alguns



destes campos estão arrasados pela urbanização, restando somente vestígios do retrabalhamento das areias pelo vento. A transição entre Atm II e Atm I é marcada pela presença de uma ruptura topográfica, ou seja, há uma mudança nítida de um nível de terraço para outro. A presença da rodovia Padre Manuel da Nóbrega na passagem do Atm II para o Atm I dificulta precisar os limites entre estes devido a sua construção ser realizada sobre aterros que distorcem a topografia.

- Acumulação de Planície e Terraço Fluvial (Aptf), formada por sedimentos transportados pela ação das águas fluviais. As áreas de acumulação de planície e terraço fluvial (Apft) ocorrem com maior intensidade no interior do continente, margeando os rios.

- Acumulação de Planície Flúvio-Marinha (Apfm), caracterizadas como terrenos baixos com lamas de depósitos recentes, sujeitos as inundações das marés. Na transição entre cristalino e sedimentar estão as Rampas de Colúvio (Rc), constituídas de material transportado da Serra do Mar pela força da gravidade, com o auxílio do escoamento superficial. A partir das características descritas acima, constata-se que o município apresenta dois setores distintos: Sistema Serrano e Planície Quaternária ou Costeira. Apesar da diversidade de processos ocorrentes, deve-se considerar que estes sistemas estão inter-relacionados através da troca de energia e matéria de forma contínua.

2.5 Socioeconômico

Mongaguá é uma palavra indígena que, conforme o tradutor, significa: “água pegajosa” ou “montanhas que vão ao mar”. Nome dado pelos índios guaranis que viviam às margens dos rios Mongaguá e Aguapéu. No século XVI, segundo historiadores, emissários de Martim Afonso de Souza, em suas viagens pelo litoral paulista, paravam em Mongaguá para descansar. Aos poucos, foram surgindo moradores fixos e, conseqüentemente, as primeiras propriedades. Parte do território atual de Mongaguá situava-se, naquela época, na Capitania de São Vicente e outra na Capitania de Itanhaém.

Em 1776, o Sítio de Mongaguá foi arrematado em leilão público pelo coronel



Bonifácio José de Andrada, pai do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. A propriedade foi vendida ao padre João Batista Ferreira (1814) e, posteriormente, a Antônio Gonçalves Nobre (1847), Manuel Bernardes Muniz (1851) e a Heitor Peixoto (1892).

Após a Segunda Guerra Mundial é que Mongaguá começou a se desenvolver. A construção da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, ligando Mongaguá a São Paulo, deu um grande impulso ao crescimento do distrito. Em 24 de dezembro de 1948 foi criado o distrito de Mongaguá.

Com a criação do distrito de Mongaguá o desenvolvimento no setor comercial teve um grande impulso. Em 1959 Mongaguá foi elevada à categoria de cidade, pela criação do município.

A formação administrativa do município iniciou-se com o Distrito criado com a denominação de Praia Grande pelo Decreto Estadual n.º 9.775, de 30-11-1938, subordinado ao município de Itanhaém. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o distrito de Praia Grande figura no município de Itanhaém. Pela Lei Estadual n.º 233, de 24-12-1948, o distrito de Praia Grande tomou a denominação de Mongaguá.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950 o distrito Mongaguá figura no município de Itanhaém. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Elevado à categoria de município com a denominação de Mongaguá pela Lei Estadual n.º 5.285, de 18-02-1959, sendo desmembrado do município de Itanhaém. Sede no antigo distrito de Mongaguá. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1960. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.



2.5.1 População

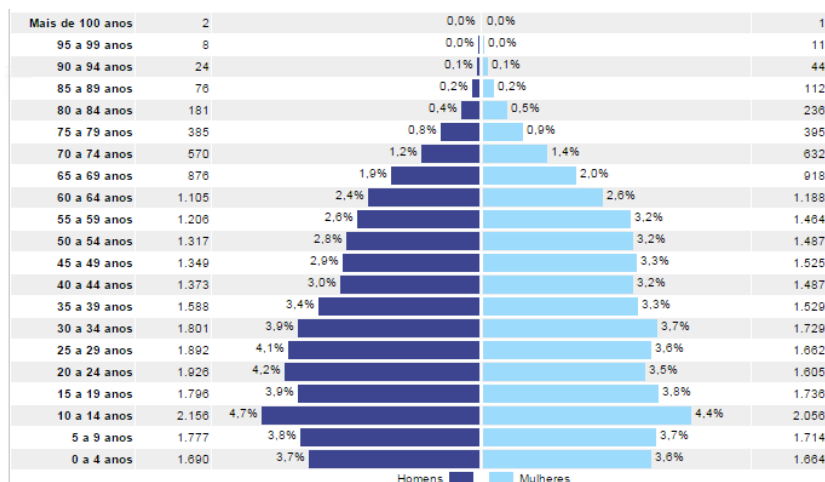
Tabela 3 – Território e População

	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Área (Em km ²)	2015	141,87	2.420,50	248.222,36
População	2015	50.603	1.749.343	43.046.555
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2015	356,69	722,72	173,42
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2015	2015	1,84	1,02	0,87
Grau de Urbanização (Em %)	2014	99,56	99,81	96,21
Índice de Envelhecimento (Em %)	2015	75,50	71,73	67,2
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2015	21,20	20,29	19,63
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2015	16,01	14,56	13,19
Razão de Sexos	2015	98,41	91,97	94,8

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE a população de Mongaguá é estimada em 52.492 mil habitantes, tendo uma densidade demográfica de aproximadamente 141,865 habitantes/km². A pirâmide etária de Mongaguá permite deduzir que a população deste município possui uma diminuição na taxa de natalidade, sendo que grande da população se encontra economicamente ativa.

Gráfico 2 – Pirâmide etária de Mongaguá.



Fonte: IBGE, 2016b.

A dedução acima pode ser afirmada através dos dados que foram organizados pelo SEADE (2016), pois no ano de 2014 a taxa de natalidade foi de 13,89 nascimentos a cada mil habitantes e no ano de 2011 esta taxa foi de 15,37 nascimentos a cada mil habitantes, ou seja, houve uma diminuição na natalidade do município. A taxa de mortalidade infantil para o ano de 2014 foi de 8,70 mortos a cada mil nascidos vivos, se comparado com o valor do ano de 2012 que foi de 20,03 mortos a cada mil nascidos vivos, houve uma diminuição na mortalidade infantil. (SEADE, 2016).

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



2.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

Mongaguá tem o IDH 0,754, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é longevidade, com índice de 0,854, seguida de renda, com índice de 0,699, e de educação, com índice de 0,719. A tabela abaixo apresenta uma comparação entre o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Mongaguá se encontra na 199ª posição do ranking do IDH do município (IDH-M), elaborado pelo PNUD.

Tabela 4 – Condições de Vida

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2012	36	49	46
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2012	59	70	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2012	47	48	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2010	0,754		0,783
Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	2010	552,11	809,49	853,75
Domicílios Particulares com Renda per	2010	12,25	8,14	7,42



Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)				
Domicílios Particulares com Renda per	2010	28	19,83	18,86
Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)				

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

Tabela 5 - Comparação do IDH-M de Mongaguá e do Estado de São Paulo

Município	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM
		Longevidade	Renda	Educação
Mongaguá	0,754	0,854	0,699	0,719
São Paulo	0,783	0,845	0,789	0,719

Fonte: PNUD, 2010.

2.5.3 Atividades Econômicas

Segundo levantamento realizado pelo SEADE (2016), o município de Mongaguá possui grande representatividade no setor de serviços, seguido do setor industrial e de agropecuária.

Tabela 6 – Participação (%) de Mongaguá e do Estado de São Paulo em diferentes setores da economia

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	1,30	1,89
Indústria	14,10	24,99
Serviços	84,60	73,12

Fonte: SEADE, 2016.

Os setores de atividades econômicas desenvolvidas em Mongaguá geraram quase 7 mil empregos formais, com salário médio de R\$ 2.024,65 mensais, podendo ser divididos conforme tabela a segu

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



Tabela 7 – Participação dos empregos formais e seus respectivos salários médios (R\$) no município de Mongaguá.

Setor	%	R\$
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,22	860
Indústria	4,39	2.311,59
Construção	8,07	1.464,27
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	33,8	1.499,85
Serviços	53,51	2.421,78

Fonte: SEADE, 2016.

Tabela 8 – Emprego e Rendimento.

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	0,22	0,20	2,28
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	4,39	6,35	19,38
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	8,07	6,46	5,23
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	33,80	21,59	19,72
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	53,51	65,39	53,39
Rendimento Médio dos Empregos Formais	2014	860,00	1.556,60	1.652,59

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal,
Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2014	2.311,59	5.547,79	3.194,95
---	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2014	1.463,27	2.047,85	2.385,21
--	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2014	1.499,85	1.701,97	2.072,24
--	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2014	2.421,78	2.515,39	2.903,96
---	------	----------	----------	----------

Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2014	2.024,65	2.499,64	2.740,42
--	------	----------	----------	----------

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.

2.5.4 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma do que foi produzido em um município durante determinado período de tempo, estes valores vêm a demonstrar a capacidade competitiva das economias municipais, bem como sua a composição setorial (IBGE, 2016c).

A tabela abaixo demonstra a divisão do PIB (em reais) do ano de 2013 entre os setores de Agropecuária, Indústria e Serviços, para o município de Mongaguá e o Estado de São Paulo.

Tabela 9 – PIB (em reais) de Mongaguá e do Estado de São Paulo.

Setor	Mongaguá	São Paulo
Agropecuária	8.557,46	11.265.005
Indústria	92.802,49	193.980.716
Serviços	765.089	406.723.721

Fonte: IBGE,2016a.

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



Tabela 10 – Economia.

Descrição	Ano	Município	Reg. Metr.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2014	-	10,699600	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	1,30	0,28	1,87
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	14,10	15,63	22,89
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2012	84,60	84,09	75,24
PIB (Em milhões de reais correntes)	2012	14.191,70	27.907,28	40.379,00
Participação no PIB do Estado (Em %)	2012	0,040532	2,799745	100,000000

Fonte: SEADE - Governo do Estado de São Paulo.



3. POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO DO TURISMO INTERNO – INICIATIVA PRIVADA

A iniciativa privada compõe a tríade ideal da gestão compartilhada, juntamente com o poder público e sociedade civil organizada. Porém, faz-se necessário discussões e medidas para fortalecer os empreendimentos ligados à atividade turística para que o turista, quando em visita, não tenha sua experiência prejudicada e não volte para sua origem com uma imagem ruim da cidade como um todo, pois segundo Dias (2005), se um elemento que compõe a experiência do turista não o satisfaz, há grandes chances de o turista assumir uma imagem ruim do destino todo.

Além disso, é um dos papéis do poder público acabar a situação de conflito que, na prática, existe entre o mesmo e a iniciativa privada, pois segundo Fogaça (2008, p.5):

Quanto à iniciativa privada, percebe-se que ao invés de buscar uma parceria com o poder público e com a comunidade local, para a gestão do turismo e a maximização dos benefícios a sua empresa e a todos na localidade, qualificação de seus produtos e da destinação como um todo, reconhece a estes agentes (poder público e comunidade) como seus inimigos; na perspectiva da iniciativa privada: o poder público – diante de suas ações de controle e fiscalização os pune com multas e restringe suas ações, prejudicando seus negócios; a comunidade local – não reconhece que somente se beneficia com seus clientes/visitantes, pelo menos na visão dos empreendedores, e, muitas vezes, proporciona transtornos à empresa por conta de sua miséria exposta nas ruas, criminalidade e violência contra seus clientes, não aceita sua segregação demonstrando hostilidade aos visitantes e, também, prejudicando seus negócios.

Porém é importante destacar que poucos elementos da oferta turística tem o poder de, por si só e unitariamente, atrair turistas, analisando por todos os lados, atrativos, hospedagem, gastronomia, etc. Portanto, é fundamental para a atividade turística local que, dentro da gestão pública da mesma, englobe-se políticas de fortalecimento interno dos empreendimentos turísticos da cidade, tanto os existentes, quanto os possíveis em construção ou até os que ainda estão em fase de proposição e de estudos.

Pensando nisso, propomos a política de fortalecimento com base em três eixos: Comunicação, Capacitação e Qualificação e Estrutura, onde:

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

[MZ3] Comentário: Achei este capítulo muito sucinto e pobre de referência bibliográfica para justificar as propostas.

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



- Comunicação: Visa melhorar a comunicação visual, distribuição, promoção, relação com mídias digitais e a integração entre empreendimentos, visto que aquilo que os turistas encontram de informações sobre o destino – seus atrativos, hotéis e restaurantes, por exemplo – são um primeiro passo no processo de decisão, por parte do turista, de ir ou não para tal destino.
- Capacitação e Qualificação: Tem como objetivo incentivar gestores a qualificarem a si próprio e sua mão de obra, a fim de melhorarem a gestão de seus empreendimentos e os serviços prestados aos turistas. Além disso, quando a qualidade dos serviços, produtos e atendimento prestados se destaca, isso, por si só, já vira fonte de influência para que o turista escolha visitar a cidade, visto que sites colaborativos como *Trip Advisor*, por exemplo, estão sempre sendo atualizados com avaliações de clientes que visitaram os estabelecimentos e atrativos da cidade.
- Estrutura: Visa propor a expansão do trade turístico da cidade, com base no que foi colhido no inventário e analisado pelo diagnóstico. Além disso, busca fomentar a captação de eventos por parte da iniciativa privada, através do apoio à eventos que forem realizados na cidade e que também forem organizados por entidades privadas.

4.3.1 Eixos

A gestão da atividade turística e de seu desenvolvimento, passa pelas políticas públicas de fomento à iniciativa privada para que ela melhore sua comunicação, capacitação alinhado com a qualificação e também a estrutura, como parte fundamental da atividade turística, afim de que a iniciativa privada também entre em consonância com os caminhos traçados no Plano Diretor de Turismo.

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Normal

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



4.13.1.1 Comunicação

Em relação à comunicação, é importante que a oferta turística como um todo tenham uma estratégia de divulgação, tanto in loco, como em mídias sociais, digitais, entre outras, que sigam de modo a seguir as diretrizes da Política Municipal de Turismo, com o objetivo de mostrar aos turistas reais e potenciais a estrutura de serviços que a cidade dispõe.

É importante que os estabelecimentos divulguem seus serviços e estruturas nas mídias televisiva, impressa e on-line, pois, hoje, é constituem a principal fonte de informação que o turista dispõe para tomar a decisão sobre viajar ou não para o destino. Seria interessante que o poder público fomentasse o empresariado à se informar melhor sobre as estratégias de informação, para que os estabelecimentos participem da imagem que o município como um todo deseja ter.

Além disso, é importante que os estabelecimentos participem do sistema de informação da cidade, seja em placas pela cidade, impressos, entre outros. Outro ponto a ser trabalhado é a comunicação entre o próprio Trade Turístico, com a articulação de ações em conjunto, constituição de associações, integração em conventions e por fim finalmente a formação de rotas e roteiros turísticos dentro do município.

Fica evidente a partir do Diagnóstico que os meios de hospedagem, por exemplo, realizam divulgação e indicação de atrativos turísticos ou de serviços de outras áreas. Isso mostra que a comunicação integrada dos elementos e estruturas que formam a oferta turística é praticamente inexistente. Através de programas de capacitação, pode-se instruir os gestores a contribuírem com o município, com trade também fazendo parte da comunicação integrada dos serviços e atrativos que a cidade dispõe.

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

[MZ4] Comentário: Alguma citação sobre Roteiros e Rotas serem mais atrativos e melhor estruturados quando possuem participação do Trade

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



4.23.1.2 Capacitação e Qualificação

Formatado

A capacitação da mão de obra é importante para que os estabelecimentos contem com profissionais capacitados e que possam atender e superar as expectativas dos turistas.

Salienta-se que é fundamental que os empresários invistam em capacitação, não só de funcionários, mas de gestores e proprietários também em áreas como marketing, atendimento bilingue, vendas, etc.

Há diversos estabelecimentos que a prefeitura pode formar parcerias para fomentar a capacitação da iniciativa privada, como SENAC, SEBRAE, Associação Comercial, Hotel Escola, entre outros.

É crucial que o poder público ofereça meios para que aqueles que fazem parte do trade turístico da cidade possa se capacitar, por meios de palestras gratuitas, workshops, cursos e eventos para que os interessados possam realizar.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

4.33.1.3 Estrutura

Formatado

É importante para o Município de Mongaguá que a estrutura privada, ou seja seus empreendimentos – em quantidade e qualidade - esteja alinhada com aquilo que a gestão pública planeja para a atividade turística. Com o crescimento da demanda, o planejamento e o gerenciamento adequado da oferta têm se apresentado como a saída mais racional para o atendimento de sucesso nas localidades. Cooper et al (2002) apresentam algumas características comuns das destinações turísticas, a partir das quais podem ser observadas particularidades, a fim de definir a identidade da oferta: são amálgamas (um núcleo de atrações, amenidades, acesso e serviços); são experiências culturais; são inseparáveis em relação à produção e consumo e são utilizadas não apenas por turistas, mas

[MZ5] Comentário: De que forma? Como isto pode auxiliar? A partir de que ponto eles podem auxiliar? Melhorar a estrutura dos próprios estabelecimentos?

[LFM6] Comentário:

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



também por outros grupos. Assim, o Planejamento do Turismo deve levar em conta, ao discutir a expansão da oferta turística, objetivos claros e também um processo periódico de avaliação.

Pensando nisto, temos como resultado algumas propostas que podem nortear a política de fortalecimento, pensando na iniciativa privada. É sempre bom lembrar que não se pode ter interferência direta do público na gestão do privado, porém, levando-se em consideração que a gestão compartilhada do turismo inclua também a iniciativa privada, presume-se que haverá adesão por parte dos gestores, empresários e investidores no alinhamento que o plano e a política de incentivos e fomentos propõe para a atividade turística da cidade.

3.2 Propostas

3.2.1 Comunicação

Como soluções para o fortalecimento do turismo interno voltado para o setor público, sugere-se as seguintes ações:

Tabela 11 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Comunicação

<u>Comunicação</u>		
<u>Ações</u>	<u>Objetivos</u>	<u>Execução</u>
<u>Incentivar a reforma de fachadas onde necessário, e a melhoria em geral da comunicação visual dos prestadores de serviço</u>	Fazer com que os estabelecimentos renovem sua comunicação visual	Diretoria de Turismo e COMTUR
<u>Workshop semestral sobre mídias digitais</u>	Propor discussões e capacitar os gestores sobre mídias sociais, sua importância, estratégias e aplicações.	Diretoria de Turismo
<u>Criação de Rotas e Roteiros Integrados</u>	Promover rotas e roteiros a fim fortalecer a integração do trade turístico	Diretoria de Turismo

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Título 2, Recuo: Primeira linha: 0 cm

Formatado: Título 2, Vários níveis + Nível: 3 + Estilo da numeração: 1, 2, 3, ... + Iniciar em: 1 + Alinhamento: Esquerda + Alinhado em: 0 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

[MZ7] Comentário: Inserir uma nova aba: Execução: (em alguns serão apenas o estabelecimento, outros será o trade, outros todos os agentes (COMTUR, SETUR e TRADE)).

Formatado: Centralizado, Nenhum, Espaço Antes: 0 pt, Depois de: 0 pt, Sem marcadores ou numeração, Não manter com o próximo, Não manter linhas juntas

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



<u>Fomentar a divulgação integrada entre os componentes da oferta turística</u>	Incentivar a possibilidade de estabelecimentos turísticos serem divulgados e indicados dentro de outros estabelecimentos, por exemplo, hotéis divulgarem restaurantes, restaurantes divulgarem atrativos, relação entre agências e hotéis, etc.	Diretoria de Turismo, COMTUR e Trade
---	---	--------------------------------------

Fonte: Urbatec, 2017

3.2.2 Capacitação e Qualificação

Como soluções para o fortalecimento do turismo interno voltado para o setor público, sugere-se as seguintes ações:

Tabela 12 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Capacitação e Qualificação

Capacitação e Qualificação		
Ações	Objetivos	Execução
<u>Realizar palestras mensais para proprietários e gestores sobre temas ligados à administração.</u>	Capacitar gestores e proprietários para que possam gerir melhor seus empreendimentos	COMTUR
<u>Incentivar o atendimento bilingue</u>	Fazer com que a mão de obra tenha condições de atender a demanda crescente de turistas estrangeiros	Diretoria de Turismo, COMTUR e Trade
<u>Incentivar as empresas para que busquem certificações de qualidade e classificação</u>	Buscar, apoiando os estabelecimentos, certificados de qualidade, que além da própria garantia de qualidade no serviço, também uma oportunidade de divulgação	COMTUR

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Não Itálico, Cor da fonte: Automática

Formatado: Título 2, Vários níveis + Nível: 3 + Estilo da numeração: 1, 2, 3, ... + Iniciar em: 1 + Alinhamento: Esquerda + Alinhado em: 0 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



	para própria cidade	
<u>Incentivar os gestores a realizarem pesquisas de consumidor</u>	Mostrar a importância de pesquisas de consumidos para os gestores, pois assim saberão o perfil de quem consome seus produtos e serviços, proporcionando novas oportunidades de estratégias em administração	COMTUR
<u>Criar e Implantar um sistema de avaliação permanente dos serviços turísticos</u>	Criar, a partir desta ação, formas de acompanhar o que o trade turístico está fazendo para melhorar seus serviços	Diretoria de Turismo
<u>Manter atualizado permanentemente o cadastro das empresas do setor</u>	Acompanhar, através deste, se há uma expansão da oferta turística de acordo com a política municipal e de acordo com as estratégias traçadas pelo sistema	Diretoria de Turismo
<u>Incentivar as empresas de turismo e as elegíveis pelo Ministério de Turismo para tal, a realizarem o CADASTUR</u>	Buscar, junto aos estabelecimentos, principalmente aqueles que o Ministério do Turismo classifica como caráter opcional, que a realizem o CADASTUR, fazendo com que os estabelecimentos tenham acesso a linhas de crédito, participação em eventos e feiras, etc	Diretoria de Turismo

Fonte: Urbatec, 2017.

3.2.3 Estrutura

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Itálico

Formatado: Normal, Centralizado, Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Título 2, Vários níveis + Nível: 3 + Estilo da numeração: 1, 2, 3, ... + Iniciar em: 1 + Alinhamento: Esquerda + Alinhado em: 0 cm + Recuar em: 1,27 cm

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



Tabela 13 – Programa de Ações Propostas para o Eixo de Estrutura

<u>Estrutura</u>		
<u>Ações</u>	<u>Objetivos</u>	<u>Execução</u>
<u>Fomentar a expansão e a segmentação do setor hoteleiro da cidade</u>	Buscar a expansão do setor hoteleiro, que só conta com 5 estabelecimentos, para que a cidade tenha capacidade de hospedar os turistas que visitam a cidade	Diretoria de Turismo e demais pastas pertinentes
<u>Estimular as ações de captação de eventos</u>	Estimular a captação de eventos por parte da iniciativa privada e apoiá-los na divulgação, a fim de que a imagem da cidade seja complementada por essas ações	Diretoria de Turismo e COMTUR
Promover a Instalação de Novas Colônias de Férias	Estimular a instalação de novas Colônias de Férias no Município, visto que no litoral sul, esse meio de hospedagem possui menos impacto em relação à sazonalidade do que hotéis	Diretoria de Turismo

Fonte: Urbatec, 2017.

Formatado: Centralizado, Espaço Depois de: 0 pt

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

Formatado: Normal, Centralizado, Recuo: Primeira linha: 1,25 cm

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito, Itálico

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito

Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada



5.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACARENZA, M. A. **O turismo e o desenvolvimento nacional**. In:.....
Administração do Turismo. Bauru: EDUSC, 2002.

CARDOZO, P. F. **Metodologia de Estudo da Oferta Turística**. 2007. Disponível em
< <http://www.partes.com.br/turismo/metodologia.asp>> Acesso em: 08 Mai 2017

CAZZOLI Y GOIA, S; TESSLER, M. G. **Variações morfológicas espaço-temporais entre praias de Cibratel e Itanhaém-Suarão, Estado de São Paulo**. Instituto Oceanográfico da USP: 2000.

COOPER, C. **Turismo princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

FOGAÇA, I. F. **Gestão de destinos turísticos**: Um ensaio à discussão dos papéis do poder público, iniciativa privada e sociedade civil para um turismo consistente.

[Plano de Marketing e Posicionamento do Mercado Política Municipal de Turismo, Sistema Municipal de Turismo e Política de Fortalecimento de Turismo Interno com ênfase na Iniciativa Privada](#)

Formatado: Fonte: 8 pt, Não Negrito



Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul: 2008.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**: políticas processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004

IGNARRA, L. **Fundamentos do Turismo**. 2ed. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

LICKORISH, L. J; JENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Tradução: Fabíola de Carvalho Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MONTEJANO, J. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ROSS, J. L. S; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Laboratório de Geomorfologia. São Paulo: Departamento de Geografia – FFLCH – USP/Laboratório de Cartografia Geotécnica – Geologia Aplicada – IPT/FAPESP (Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), 1997. (Mapas e Relatórios)

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 8 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: Mai. 2017.

SILVA, M. G. L. **Cidades Turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.